XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

18 a 20 Outubro Campinas | Brasil

2017

O que conhecemos sobre os efeitos do Programa Bolsa Família?

Luiza B. R. Torres*, Marcelo Justus

Resumo

Há inúmeras discussões e afirmações sobre os impactos diretos e indiretos do Programa Bolsa Família (PBF) no Brasil, como efeitos na sociedade, economia e política. O principal objetivo desta pesquisa é conhecer o que, de fato, sabemos sobre os efeitos do programa, criado em 2003. Para isso, será realizada uma revisão de literatura visando agrupar os resultados mais relevantes nas principais áreas de impacto do programa. Os resultados apontam para o cumprimento de seu objetivo direto de direito ao acesso a alimentação e educação às famílias beneficiárias; efeitos muito pequenos em relação ao objetivo indireto de combater e reduzir o trabalho infantil, exigindo esforços específicos para este problema; impactos positivos na oferta de trabalho, mas poderiam ser mais satisfatórios; cumprimento de seu principal objetivo (redução das desigualdades socioeconômicas), ainda que de maneira controversa.

Palavras-chave:

Bolsa-Família, programas sociais, desigualdades socioeconômicas

Introdução

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda do governo federal brasileiro, criado em 2003 e gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Seu objetivo principal é aliviar a pobreza, combater a desigualdade socioeconômica e reforçar o direito ao acesso a direitos básicos nas áreas de saúde e educação, fazendo com que as famílias beneficiadas rompam o ciclo da pobreza e superem a vulnerabilidade e a pobreza¹. Para isso, realiza-se o complemento da renda dos beneficiários, permitindo a eles acesso a esses direitos. Além disso, ele tem objetivos indiretos em diferentes aspectos econômicos e sociais. Desse modo, o principal objetivo desta pesquisa é conhecer o que, de fato, sabemos sobre os efeitos do PBF, por meio de uma revisão de literatura e sua discussão.

Resultados e Discussão

A partir da discussão elaborada com base na literatura especializada, foi possível articular resultados a respeito do efeito do PBF em diferentes questões.

Quanto à alimentação e nutrição, os resultados são divergentes. A maioria indica efeitos positivos, com maior diversificação da cesta de alimentos, aumento da quantidade de alimentos consumidos e aumento do consumo de alimentos nutritivos, melhora no perfil antropométrico das crianças e jovens e diminuição da insegurança alimentar.

Em relação ao desempenho escolar das crianças beneficiadas, não houve impacto na defasagem escolar, houve redução da repetência escolar, aumento dos anos de estudos e da permanência escolar desses alunos. Contudo, esses efeitos positivos foram modestos, exigindo-se melhorar o serviço público de educação e a estrutura das escolas.

No trabalho infantil, os resultados são divergentes. Alguns estudos revelaram a ineficiência do PBF na redução do trabalho infantil e outros apontaram para uma tendência de redução desse tipo de trabalho e das horas trabalhadas e, até mesmo, da efetiva redução nos índices de trabalho infantil.

Quanto ao mercado de trabalho, o PBF gera um incentivo à oferta de mão de obra para as famílias que trabalham menos horas semanais, mas é um desincentivo àqueles

que trabalham mais horas por semana. Há aumento da oferta de trabalho por partes das mães e dos jovens.

O impacto na vida das mulheres beneficiárias foi, no geral, positivo, com aumento de sua autonomia e empoderamento, sem incentivo ao aumento da taxa de fecundidade, salvo para aquelas em situação de extrema pobreza, que apresentam aumento de sua fecundidade.

Nas eleições, o PBF não apresentou um viés eleitoral muito forte, apesar de favorecer em certa medida os partidos municipais incumbentes (fenômeno suprapartidário). Em nível nacional, as conclusões são negativas e apontam um efeito positivo nos votos do PT nas eleições presidenciais de 2006 e de 2010.

Em relação a aspectos gerais de qualidade de vida, os impactos foram, no geral, positivos. Destaque para a economia dos municípios (aumento do PIB real), o aumento de mobilidade social dos beneficiários², a redução da desigualdade de renda e da pobreza no curto prazo. Houve redução nas desigualdades em saúde (maior cobertura de vacinação, atendimento a grávidas, etc.), entre outros efeitos.

Conclusões

O PBF cumpriu seu objetivo direto de direito ao acesso a alimentação e a educação das famílias beneficiárias. Quanto ao objetivo indireto de combater e reduzir o trabalho infantil, os efeitos são pequenos, exigindo esforços focados neste problema. Quanto à oferta de trabalho, houve impactos positivos, mas insatisfatórios. O PBF cumpre seu principal objetivo (redução das desigualdades socioeconômicas), ainda que de maneira controversa. Assim, o PBF contribui positivamente para seus beneficiários em vários sentidos, mas não é suficiente para uma mudança na estrutura social, econômica e educacional do Brasil, exigindo-se maiores esforços e políticas nessa direção.

Agradecimentos

Agradecimento ao suporte financeiro do CNPq.

¹ Programas do Governo – Programa Bolsa Família. Disponível em: <<http://www.programadogoverno.org/programa-bolsa-familia/>>. Acesso em 16 de janeiro de 2017.

² PEÑA, C. R.; PINHEIRO, D. S.; ALBUQUERQUE, P. H. M.; FERNANDES, L. M. A eficácia das transferências de renda: as tendências da desigualdade antes e depois do Programa Bolsa Família. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 49, n. 4, p. 889-914, ago. 2015.